

A SEMANA na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

03 a 10 de janeiro de 1993 nº 69

ANGOLA: Intensificam-se os conflitos entre o MPLA e a UNITA.

Neste momento, a alternativa militar para a crise angolana parece ter sido escolhida por ambos os lados. Se anteriormente as manobras militares da UNITA eram notificadas pelo governo, numa tentativa de alertar a comunidade internacional para os desrespeitos implementados pelo movimento de Jonas Savimbi, agora, é a UNITA quem anuncia os ataques do MPLA, buscando, desta forma, minar a ampla confiabilidade obtida pelo MPLA durante o acirramento da crise no período pós-eleitoral.

O arrastar das negociações fez com que aumentasse, mesmo que de forma dispersa pelo território, o número de combates entre as duas principais forças políticas, que, por desrespeito aos acordos de Bicesse, permaneceram forças militares. Esse clima de desconfiança mútua teve como limite a luta de 31 de outubro em Luanda. Naquele momento esvaziou-se a alternativa do diálogo e foram reeleitos os inimigos de ambos os lados.

A batalha de Luanda e os avanços das tropas da UNITA no norte vieram a fortalecer os que acreditam numa vitória militar do MPLA sobre a UNITA. Neste novo cenário, ficou impossível barrar a ascensão dos militares no interior do partido.

A UNITA, por sua vez, já tinha feito sua opção quando não aceitou o resultado das eleições, consideradas livres e justas pela ONU, e retirou os seus quadros das FAA. Provavelmente a morte ou o aprisionamento de grande parte do seu primeiro escalão, justamente aquele que participara nas diversas rodadas de negociações, mesmo no período pós-eleitoral, acabou por favorecer os quadros mais radicais que acreditaram ser mais rentável para a UNITA sentar à mesa de negociações com o domínio sobre uma relativa parcela do território Nacional.

Portanto, o que se percebe é o endurecimento das posições dos dois lados. O MPLA parece estar cansado de anunciar as irregularidades da UNITA, que realmente lhe produz um certo ganho em termos de confiabilidade

no cenário internacional, mas que não se tem traduzido em fatos concretos que possibilitem a solução da crise. Dentro desta perspectiva, o MPLA parece querer utilizar desta "vantagem" adquirida no campo internacional para responder à UNITA que não está morto e que não mais irá tolerar o controle, conquistado por forças das armas, pela UNITA de inúmeras cidades no interior do país. A UNITA, que começa a demonstrar alguns erros na estratégia militar, principalmente a dispersão que se encontram suas tropas pelo território, busca agora intensificar, ao mesmo tempo que legitimar, o apoio de seus aliados, já conhecidos de longa data, de através das acusações de ataques aéreos e de artilharia pesada por parte dos MPLA. (p. 2 a 7) MB

NESTA EDIÇÃO:

Carlos Lopes escreve sobre o significado dos 500 anos da "descoberta da América" para os africanos. P.01

África do Sul: De Klerk finalmente reconhece que altos escalões das Forças Armadas boicou tam reformas democráticas. P.09

São Tomé e Príncipe: agrava-se a crise. P.12

Informativo de circulação restrita editado pelo Programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS — CEEA do Conjunto Unversitário Candido Mendes.

Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembléia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622 R. 259; 221-3536; Fax: (5521) 2324782. Rio de Janeiro — Brasil Cep: 20011.

CABO VERDE: Cenas da política

Os atuais desdobramentos no quadro político de Cabo Verde revelam uma conjuntura marcada por lutas intra-partidárias e pelo virtual surgimento de novas formações partidárias. Além destes aspectos, comuns e esperados no funcionamento dos regimes democráticos, é possível enxergar a presença de uma estrutura ameaçadora: as forças armadas. Estas, em virtude dos laços mantidos com o regime que precedem ao atual, são encarradas com temor, estando sempre presente a possibilidade de uma intervenção militar: acreditar na procedência destes temores é acreditar no volumoso histórico africano de intervenções cometidas pelos militares na esfera política.

No que concerne à correlação de forças no interior do MPD, é visível o acirramento das disputas internas. O controle do MPD é o objetivo principal. O clímax neste processo de lutas pelo controle de máquina partidária será alcançado na próxima convenção do MPD, com o resultado final podendo acarretar mudanças substanciais no perfil do Partido. A perspectiva de que aconteçam divisões inconciliáveis na convenção, fragilizando o MPD, tem produzido sucessivos adiamentos desta. Com o artifício dos adiamentos, cria-se tempo para as composições visando a unificar o Partido.

As forças condutoras da oposição no interior do MPD são representadas no gabinete ministerial por Eurico Monteiro, ocupante da pasta da Justiça. As transformações que eventualmente venham a ser operadas no perfil do MPD, certamente, repercutirão na composição do gabinete ministerial. Aliás, as possibilidades do atual ocupante da chefia de governo, Carlos Veiga, permanecer no cargo estão atreladas a mudanças no gabinete ministerial.

Um dos aspectos mais interessantes no cenário político cabo-verdiano são as movimentações indicando a criação de uma associação, o Espaço Democrático (ED), que poderá ser embrião de um terceiro Partido. Liderada por Onésimo Silveira, esta associação "marcará formalmente a ruptura da sua aliança (de Onésimo) com o MPD, do primeiro-ministro Carlos Veiga". Desta forma, a perspectiva de superação do Bipartidarismo é concreta, dando maior consistência à democracia em Cabo Verde.

A conversão da Associação Cívica Espaço Democrático em Partido está condicionada aos resultados da convenção dos MPD. Como foi visto, Onésimo Silveira mantém uma aliança com o MPD. De acordo com o que é sugerido pelas declarações de Humberto Monteiro Leite, o enfraquecimento político de Carlos Veiga e seu grupo no interior do MPD, o que poderá se concretizar na convenção, tornará inevitável a criação do novo partido. A aliança entre Onésimo Silveira e o MPD é, formalmente, explicada a partir das convicções sociais-democratas defendidas por Onésimo e Carlos Veiga.

No entanto, cabe uma indagação acerca dos motivos apresentados por Onésimo Silveira para se afastar do MPD, rompendo sua aliança com o Partido. Aparentemente, Onésimo Silveira estaria manobrando em função do enfraquecimento do grupo social-democrata de Carlos Veiga no MPD. Assim, as razões seriam doutrinárias, dado que as forças intra-partidárias de oposição a Carlos Veiga não alimentam grande identificação com a social-democracia. No entanto, existem indícios permitindo supor que a ED não passa de um veículo para as aspirações eleitorais do carismático Onésimo Silveira.

MOÇAMBIQUE: Catástrofes, sofrimentos e expectativas.

Vivendo sob as sombras de problemas dramáticos — seca, fome, doenças, milhões de desalojados e refugiados, infra-estruturas destruídas ... —, o país aguarda a chegada de mais auxílios da comunidade internacional. A luta para a implantação do processo de paz e para o combate à fome torna-se ainda mais árdua naquele que é considerado o país mais pobre do mundo.

Enquanto muitos problemas se agravam permanecemos na expectativa de que o Conselho de Segurança das Nações Unidas consiga desmobilizar, desarmar e reintegrar à sociedade todas as forças da Frelimo e da Renamo. Diante das imensas dificuldades que se apresentarão, as eleições presidenciais e legislativas, previstas para outubro de 1993, poderão ser adiadas. Dos muitos males este, com certeza, não será o maior, pois mesmo guardando as especificidades de cada caso, é fundamental aprendermos algumas lições vindas de Angola. (p.08)

EB



vozes em português

Carlos Lopes*

É Cristóvão Colombo e a África

É interessante constatar o revivalismo que rodeou as comemorações do fatídico ano de 1492, o ano da "descoberta da América", o Novo Mundo segundo a popularizada e enfática expressão de Cristóvão Colombo. Quando visitei Sevilha em Julho deste ano, senti na pele esse revivalismo, agora sustentado pelo patrocínio de grandes multinacionais e, certamente, intensamente vivido pelos Estados vendo na feira universal uma oportunidade de se envaidecer ou reclamar existência.

Volvidos 500 anos sobre a viagem de Colombo, parece importante não ignorar que essa aventura constituiu um marco decisivo na odisseia dos marinheiros europeus, tão saudosamente lembrados durante todo o ano de 1992. A forma como a História foi, uma vez mais, interpretada só demonstra que os povos, sociedades e personalidades precisam de se situar no contexto do seu tempo. A contemporaneidade de qualquer sujeito histórico é sinónimo de reinterpretção à luz do que se conhece e se aprecia, rejeitando os detalhes e contornos que nos impingem formas pouco idóneas.

Espanha e Portugal tinham um interesse particular na recuperação do conteúdo positivo das "descobertas". Ambos os países podem reclamar um legado histórico universal ligado às grandes viagens marítimas do século XV. O mais importante elemento a assinalar é o desenvolvimento de relações comerciais permanentes entre três continentes, no que se convencionou chamar de comércio triangular. Como afirmou o geógrafo Abraham Ortels, em 1570, "Colombo estabeleceu apenas as relações comerciais permanentes entre a Europa e o Novo Mundo". Mas será que também descobriu esse Novo Mundo?

Estão hoje provados, mas muito longe de ser suficientemente divulgados, os factos que testemunham a existência de contactos entre as Américas, o Mediterrâneo, a África, a Ásia e a Oceânia antes de Colombo ter pisado a terra fértil de Hispaniola.

Quando Alexander von Wuthenau, historiador de Arte, reuniu uma colecção de 1700 bustos da América pré-colombiana e os classificou em função das suas características físicas, ele mesmo ficou admirado com a descoberta. Semitas, negros, mouros, egípcios, celtas, chineses ou japoneses, todos pareciam estar representados. Representações pintadas ou esculpi-

das de personagens de diferentes raças foram igualmente identificadas em vasos maias dos anos 300-600 da nossa era. Num deles, Wuthenau viu nada mais nada menos do que três personagens: um com características típicas de um índio da América Central, junto com um branco de traços europeus e um negro; os dois últimos reverenciando o primeiro.

Várias teorias sobre viagens levadas a cabo entre os dois lados do Atlântico, antes de 1492, povoam as polémicas de historiadores contemporâneos. Sem necessariamente se ser obrigado a dar ouvidos às mais fantasistas, parece estabelecido que tais factos podem ser documentados com evidência da época. Na sua segunda viagem, Colombo assinala que os habitantes da Hispaniola estavam sujeitos aos ataques de homens negros, com lanças "guanin", termo presente em certas línguas da África Ocidental. Cronistas como Lopez de Gomara, que acompanhou Nunez Balboa na travessia do istmo do Panamá, também assinalam a presença de negros escravos "parecidos com os da Guiné". Foram dados como estes que levaram o famoso Frobenius a propor a teoria da descoberta da América por habitantes do continente africano.

É óbvio que, se eu fosse asiático ou libanês, em vez de africano, estaria agora a assinalar outros eventos da mesma natureza ou até de maior importância. A razão por que me parece importante fazê-lo, de qualquer das formas, é a reduzida dimensão da voz africana nestes debates mediatizados. Embora seja curioso ouvir os mexicanos dizerem que os enormes bustos olmecas são "cabeças de negros", dada a sua semelhança irrefutável com o tipo sudanês ou bantú, isso parece não passar de uma curiosidade. Não são dadas a factos desta natureza a magnitude e a importância apropriadas.

Porque o Papa e o rei de Espanha assim o decidiram, Colombo será o único a oficialmente merecer o título de descobridor da América. Mesmo se o Tratado de Tordesilhas, prevendo a divisão da América do Sul, foi assinado seis anos antes de Cabral ter descoberto o Brasil; mesmo se cerca de 200 cartas e mapas dos séculos XIV provem a existência de Antília(s) ou ante-ilhas em português; mesmo se Portugal, maior conhecedor da navegação da época, segundo Colombo, se desinteressou da sua missão.

PÚBLICO

DOMINGO, 20 DEZEMBRO 1992

Não seria, pois, apropriado propor uma pausa de reflexão sobre a intoxicação proposta pelo "marketing" espanhol, em nome de Colombo? Bartolomé de las Casas, um dos seus mais próximos colaboradores, já nos havia oferecido uma versão mais límpida e transparente dos acontecimentos. É certo que a História nos faz partidas constantes: uma delas é que a pretensa ignorância provoca reacções em cadeia que podem vir a despoletar mais tarde.

Quando e se os africanos tiverem voz, eles não deixarão de oferecer uma outra interpretação das façanhas de Colombo e da descoberta da América. Como já o fazem timidamente sobre a "descoberta" do seu próprio continente.

É, no entanto, imperativo que o façam sem recorrer às teorias da pirâmide invertida, ou seja, transformando tudo em 180 graus: Se os europeus eram maus, os africanos tornam-se magníficos, inventores da solidariedade e da democracia, únicos obreiros de uma vida pacífica, ordeira, supostamente interrompida pela chegada dos famigerados colonialistas. Nem tanto ao mar, nem tanto à terra.

Em História, não há bons e maus. Não há heróis que não pertençam a um dos lados. Se Colombo é o herói de alguns, ele terá certamente que habituar-se a ser considerado o mau da fita por outros. Qualquer tentativa de universalização da História necessita de situar-se num contexto e numa interpretação. Se tal não acontecer, sujeita-se a engrandecer uns e a irritar outros.

Por todas estas razões, é importante que Portugal não se disponha a copiar a Espanha, numa tentativa de assinalar "... que fomos nós". Se o fizer, demonstrará também uma visão curta da historicidade e acarretará os prejuízos que daí advirão junto da intelectualidade africana ou latino-americana capaz de produzir interpretação histórica.

No plano político e cultural, tal opção criaria a impressão de hipocrisia em relação à política de aproximação ensaiada recentemente e poria a nu desígnios menos transparentes.

Todos nós — africanos, brasileiros e portugueses — temos uma responsabilidade em não deixar Lisboa-98 ser a mascarada de Sevilha-92 e em não confundir diversão e modernidade com História. ■

* sociólogo guineense

A força da "solução militar"

António Matos

Em Angola, os defensores da "solução militar" estão mais fortes do que nunca, e no discurso dos políticos do MPLA — apesar de integrarem um governo de "unidade nacional" com lugares reservados ao movimento de Jonas Savimbi — já não há ambiguidades: o inimigo é a UNITA.

Embora prossigam os esforços da comunidade internacional para o evitar, agora com uma nova visita de quatro dias, iniciada ontem, de Jeffrey Davidow, adjunto da administração norte-americana para os Assuntos Africanos, poucos têm dúvidas: o início de uma nova guerra é só uma questão de tempo.

Resta saber a favor de quem joga o tempo, mas as forças governamentais não parecem apressadas: "Entre a invasão do Kuwait pelo Iraque e a ofensiva dos Estados Unidos passaram seis meses" — comparava um general ao PÚBLICO, mostrando-se pouco preocupado com a ocupação de algumas cidades pela UNITA.

A visita do governante norte-americano tem como objectivo relançar o diálogo entre as duas partes em conflito, mas a fasquia está colocada pelo Governo num ponto muito alto: paz, só com a desmilitarização da UNITA. O MPLA admite, porém, retomar o diálogo caso a UNAVEM II (missão da ONU em Angola) ateste a retirada das tropas da UNITA das cidades do Uíge e do Negage.

Depois de ter anunciado, através do seu porta-voz, Jorge Valentim, a retirada do Uíge e do Negage, o que é certo é que a UNITA continua a ocupar as duas cidades. Ontem, uma terceira delegação da UNAVEM II e de observadores internacionais no âmbito da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) deslocou-se àquela província para verificar a saída dos militares de Savimbi.

O Governo, porém, continua céptico e cancelou a deslocação ao Norte do país da sua delegação. De acordo com o general Higinio Carneiro, representante do Governo na CCPM, "isso só vai acontecer quando as Nações Unidas declararem publicamente que a UNITA se retirou do Uíge e do Negage". Recorde-se que nas duas deslocações anteriores a estas cidades a UNAVEM notificara o Governo da retirada das tropas da UNITA.

O Governo reitera, entretanto, as acusações de que aviões sul-africanos e zairenses continuam a operar na base aérea do Negage, em acções de apoio aos militares da UNITA.

Caso agora se concretize a libertação das duas cidades,

uma exigência dos Estados Unidos que Davidow deverá recordar a Jonas Savimbi, UNITA e Governo deverão reatar as conversações no ponto em que estavam aquando da declaração do Namibe, em 26 de Novembro.

Na sua primeira intervenção, a semana passada, o novo vice-ministro da Informação, Hendrick Neto, (ainda não foi nomeado o ministro) deu o tom. Reuniu-se com os jornalistas da rádio oficial e prometeu-lhes mais liberdade no seu trabalho... dentro de limites definidos: "Os da defesa dos interesses do país e na luta contra um inimigo que já todos identificámos — a UNITA". São palavras do membro de um Governo de "unidade nacional", onde cinco lugares estão reservados ao "inimigo".

Esta visão radical do problema angolano não é isolada, embora em alguns sectores do MPLA se admita que uma UNITA sem armas e sem Savimbi seria útil à democratização de Angola. E a estratégia em curso por parte dos homens fortes do partido mais votado nas eleições de 29 e 30 de Setembro está orientada para o enfraquecimento da ala radical da UNITA e do seu líder.

Os trunfos mais fortes são, para já, os dirigentes presos na capital depois da batalha de Luanda, designados oficialmente pelo eufemismo "sob custódia". Depois de Norberto de Castro, apareceu a jornalista da Vorgan (Voz do Galo Negro), Guida Paulo, a distanciar-se de Savimbi. Para os próximos dias, admite-se em Luanda que outros dirigentes e os primeiros militares assumam posições semelhantes.

Ao mesmo tempo, prossegue a preparação das Forças Armadas Angolanas, que se debatem com dificuldades de recrutamento, apesar das declarações de Eduardo dos Santos e do general João de Matos segundo as quais milhares de voluntários se apresentam todos os dias às autoridades.

Davidow chega, portanto, a Angola numa altura em que os membros do Governo e das Forças Armadas estão decididos a usar a força para desarmar a UNITA e enfraquecer, até à eliminação, o seu líder. O governante norte-americano tem previsto para amanhã um encontro com Savimbi, depois de se avistar com o Presidente da República e com Marcolino Moco, o recém-empossado primeiro ministro.

Uma jornada de que não se esperam nos meios diplomáticos de Luanda grandes

sucessos. Porque todos parecem acreditar, agora mais do que nunca, que com Savimbi a paz não é possível em Angola. ■

PÚBLICO

QUINTA-FEIRA, 31 DEZEMBRO 1992

Caxito e N'dalatando bombardeadas

FORÇAS governamentais angolanas bombardearam ontem as cidades de Caxito e N'dalatando, disse o responsável da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) para a Informação, contactado telefonicamente, no Huambo, pela agência Lusa.

Jorge Valentim disse que os ataques foram realizados pela aviação e com artilharia pesada e classificou as acções de "despropositadas", uma vez que "revelam má fé, numa altura em que a UNITA abandonou as cidades do Uíje e Negaje, criando as condições para que se realize um segundo encontro no Namibe entre delegações das duas partes".

O responsável da organização disse que "esta decisão do Governo é errada e só vem complicar o processo negocial agora em curso" e que é bom que o Governo se habitue a conviver com as pessoas da UNITA, pois elas não irão sair dos locais onde se encontram. "Uma coisa é entregar a administração do Estado ao Governo, outra, bem diferente, é quererem expulsar-nos das cidades", disse.

Como exemplo da "boa vontade" da UNITA, Jorge Valentim afirmou que o partido de Jonas Savimbi não hesitou em enviar ao Uíje o seu vice-presidente, o general António Dembo, acrescentando que a última coisa que a organização esperava neste momento era uma ofensiva militar governamental, pois "só pensa na paz".

"É evidente que, se o Governo não parar com a sua

ofensiva militar sobre Caxito e N'dalatando, seremos obrigados a responder e, assim, o clima de guerra e instabilidade crescerá, sem que isso sirva os interesses do povo angolano", sublinhou o porta-voz da UNITA.

Sobre eventuais movimentações de forças da organização e o paradeiro de Jonas Savimbi, o secretário da UNITA considerou as notícias tendenciosas e "sem qualquer fundamento": "Como pode ver, eu estou no Huambo. O nosso presidente também. Goza de óptima saúde, bem como os restantes elementos da nossa direcção, como acabei de confirmar, já que estivemos todos juntos."

O Presidente de Cabo Verde, António Mascarenhas Monteiro, que integrou, com o Presidente do Zimbabwe e o secretário-geral da Organização de Unidade Africana, a delegação que esta enviou a Angola, lamentou entretanto em Lisboa que a UNITA tenha resolvido o problema da sua derrota eleitoral "ocupando cidades".

Mascarenhas Monteiro falava no final de um encontro com o Presidente Mário Soares, com quem abordou o teor das reuniões que teve com as autoridades angolanas quando esteve em Luanda.

Em Angola, uma conferência de "salvação nacional" organizada por 21 partidos da oposição foi ontem inaugurada em Luanda, sem a participação de delegados do MPLA ou da UNITA, com o objectivo de estudar a situação no país face ao "risco de guerra generalizada". ■

António Marujo e
José Eduardo Agualusa

Joaquim Pinto de Andrade, fundador do MPLA, acusa este partido e a UNITA de continuarem com uma "vontade de guerra", e admite agora, após alguns meses de silêncio, voltar brevemente à actividade política. Recebe hoje, em Lisboa, um prémio internacional, pela sua dedicação à causa da paz.

Foi fundador do MPLA e seu presidente de honra. Numerosas vezes preso pela PIDE, recusou sempre a opção do exílio, preferindo continuar o combate nacionalista no interior de Angola. Com outros intelectuais, assinou um documento contestando a direcção de Agostinho Neto. Após a independência, a maior parte desses intelectuais são presos ou abandonam o país. Pinto de Andrade permanece em Luanda. Hoje, no Padrão dos Descobrimentos, recebe do arcebispo de Bruxelas, cardeal Godfried Daneels, o Prémio Internacional da Paz, atribuído pelo movimento católico Pax Christi. Nesta entrevista quebra um silêncio de meses e admite regressar brevemente à actividade política.

PÚBLICO — O galardão da Pax Christi é um prémio à independência e à serenidade na actual situação angolana?

JOAQUIM PINTO DE ANDRADE — Creio que sim, visto que na situação em que o país vive, em que parece que a única saída é o recomeço da guerra fratricida, é necessário dar um sinal de esperança, dizer que a paz é possível, e possível por métodos que não sejam violentos. A Pax Christi preconiza os métodos não violentos da solução dos conflitos e um prémio destes — a alguém que sempre condenou esta guerra fratricida e sempre apelou ao diálogo — entendo-o como um apoio a todos aqueles que em Angola têm lutado pelo reconhecimento mútuo, por-

que em Angola toda a lógica é a da exclusão do outro.

P. — É também uma bofetada de luva branca aos dois protagonistas da guerra?

R. — Com certeza, com certeza. É o chamamento para o discernimento do verdadeiro interesse do povo. Lembro-me de uma frase de Luther King: "A nossa escolha, hoje, não é entre a violência e a não violência, mas entre a não violência e a não existência". Se Angola não segue pelos caminhos da não violência e procura antes de mais nada a sobrevivência deste povo, qualquer saída militar arrisca-se a ser catastrófica para o país.

P. — Isso vindo de alguém que foi presidente honorário de um movimento que pegou em armas contra o colonialismo, significa que a luta anticolonial, na forma violenta como foi feita, assumiu uma forma errada?

R. — A violência não é necessariamente errada: há situações extremas em que, não havendo outro caminho, ela pode justificar-se. É preciso que se esgotem primeiro todos os meios de discussão pacífica. Só esgotados todos os meios, e ponderados os prós e os contras, é que é possível caucionar o recurso às armas.

A sociedade civil não foi ouvida

P. — No caso angolano, a guerra civil em Angola tem raízes na guerra de libertação?

R. — Tem raízes na guerra de libertação e na não aceitação dos acordos firmados. O acordo de Alvor [1975] previa eleições entre os três partidos armados da luta de libertação. E não se fizeram as eleições. Aí começou a nossa tragédia: a imposição, pelas armas, de uma das forças. Mas também deve dizer-se que houve um erro no próprio acordo, em ter aceite a legitimidade exclusiva das armas, visto que nele só participaram as forças que tinham armas: MPLA, UNITA, FNLA. O resto da sociedade angolana, a sociedade civil, não

foi ouvida, não teve qualquer participação.

P. — É o erro que se repete em Bicesse?

R. — É. Aliás, num artigo que escrevi nessa altura, no PÚBLICO, eu chamava a atenção para isso: que se repetiram alguns erros graves de Alvor e que se caucionou mais uma vez a legitimidade exclusiva das armas. Mas era possível ter corrigido esse erro inicial, se não se tivessem acumulado outros: não foram respeitadas as fases do processo que conduziria às eleições — o acantonamento das tropas, a sua desmilitarização, a desmobilização, a criação do exército único, e a presença de uma força significativa das Nações Unidas.

P. — A Igreja e os bispos, nomeadamente, não poderiam, neste momento, assumir um papel de mediação?

R. — Creio que isso está a ser feito. Na última reunião, os bispos publicaram o documento a condenar os acontecimentos de Outubro, muito duro e incisivo, e logo em seguida foram recebidos pelo Presidente da República, e discutiram longamente estes problemas. Uns dias depois, foi uma delegação episcopal ao Huambo discutir com o líder da UNITA.

P. — Depois do falhanço da Associação Cívica Angolana já não há espaço para a intervenção cívica?

R. — As pessoas politizaram-se demasiado e dispersaram-se pelos diversos partidos. Depois das eleições houve um certo desencanto, aquele frenesim dos partidos emergentes foi como um balão que se esvaziou. Hoje as pessoas apoiam a UNITA ou o MPLA. A sociedade civil partidizou-se. Aqueles que dizem que é necessário reactivar a ACA ou criar uma associação desse tipo estão sempre à espera que sejam outros a fazê-lo. Há muito medo, porque o partido único está a renascer. As pessoas têm medo de assumir uma atitude independente.

P. — Durante os últimos meses não se ouviu falar de si. Tenciona retomar a actividade cívica ou política?

R. — Em termos organizativos, a hipótese está em aberto. É necessário encontrar condições para isso e sobretudo encontrar pessoas que queiram apostar seria-

mente num projecto desses. Vão ter de se passar alguns meses para haver uma decação da situação.

P. — Isso passará por um partido ou por uma estrutura como a ACA?

R. — Por uma associação do género da ACA, apartidária, que seja a consciência crítica da sociedade. Enquanto não houver isso, a democracia está abortada.

"Houve caça ao homem umbundu"

P. — Assume-se como uma das consciências cívicas de Angola?

R. — Entendo que o meu papel deve ser de equilíbrio das várias sensibilidades existentes em Angola, uma ponte entre as várias etnias — eu próprio sou uma mistura de raças e isso talvez me dê uma sensibilidade especial. A minha formação cristã dá-me também um sentido da fraternidade e acho que estou em condições para, com o apoio de outras pessoas, poder realizar um projecto que aproxime as várias sensibilidades e aspirações do povo angolano. É necessário criar uma autêntica cultura de paz.

P. — Como viu os acontecimentos de Luanda, nos primeiros dias de Novembro?

R. — É preciso distinguir o que é que está na origem desses acontecimentos e os factos ocorridos nesses três dias. Não há dúvida de que a UNITA esteve na base destes acontecimentos na medida em que se comportou em Luanda de forma extremamente arrogante, criando frequentes conflitos. Eu mesmo vi nas ruas da baixa homens mortos pelo simples crime de passarem com uma camisola do MPLA vestida. Todos estes desacatos criaram um clima de grande hostilidade contra a UNITA. Claro que o MPLA, através dos órgãos estatais de informação, aproveitou essas atitudes para levar a situação ao seu clímax.

Nos dias de violência, o MPLA reagiu de maneira brutal, de maneira que eu não receio classificar de criminosa. Houve uma caça ao homem umbundu e da UNITA, armou-se a população civil indiscriminadamente, jovens e adolescentes, e até criminosos retirados das cadeias. Cerca de três mil pessoas terão sido mortas em Luanda. Mas devemos dizer que os desacatos não foram só cometidos pelo MPLA. Nos lugares onde dominava a UNITA também aconteceram casos semelhantes. ■

Luanda aposta na estratégia da força

4 DS ANGOLANOS entram em 1993 de costas viradas, acirrando ódios que se julgava já poderem estar ultrapassados nesta altura.

Nem a mediação africana do último fim-de-semana conseguiu aliviar o peso do seu drama. A missão da OUA que esteve em Luanda domingo e segunda-feira acabou por saldar-se por um fracasso e à sua recusa — por «razões de Estado» — de se deslocar ao Huambo para se avistar com Jonas Savimbi o líder da UNITA respondeu que a deslocação à capital era impossível por «questões de segurança».

Robert Mugabe, Presidente do Zimbabwe, que integrou a referida delegação, constituída ainda pelo chefe de Estado cabo-verdiano, António Monteiro, e por Salim Hamed Salim, secretário-geral da OUA, criaria, entretanto, uma situação embaraçosa para as autoridades angolanas ao sugerir «um local qualquer da África Austral» para Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi se encontrarem.

Luanda não gostou da hipótese mas fez diplomaticamente vista grossa, mas não há dúvida de que, se há 12 meses a desconfiança era tida como efémera, no limiar do trigésimo segundo ano consecutivo de guerra em Angola ela acabou, nas últimas setenta e duas horas, por ser, definitivamente, substituída pela violência das armas, que dilacera o país.

Reunido de emergência no último fim-de-semana, o Conselho de Ministros tomou conhecimento de que 40 mil militares da UNITA — segundo fontes do Estado-Maior das FAA — estarão envolvidos numa «operação de concentração massiva no Leste de Angola, com vista à tomada das localidades do Kuito (ex-Silva Porto), Luanza (ex-Luso), Menongue (ex-Serpa Pinto) e Huambo (ex-Nova Lisboa)».

Surpresa «antes do fim do ano»

A par destas movimentações, as forças governamentais flagelaram nos últimos dias as posições da UNITA ao norte da capital, com o objectivo de, segundo uma

fonte militar, «fazer retirar os homens de Jonas Savimbi de Caixito e N'Dalatando antes do fim do ano».

Para a ala mais radical do regime, «a UNITA, depois da tentativa de tomada da localidade de Pangulla — situada a 40 km de Luanda, no último fim de semana —, está condenada a entender-se com o Governo apenas através da linguagem da guerra».

Por seu lado, uma fonte militar do Governo disse ao EXPRESSO que «as FAA estão preparadas para desencadear todas as acções defensivas que se impuserem», mas o invulgar movimento de caças e helicópteros registado no aeroporto de Luanda na passada segunda-feira acaba por dar substância ao anúncio de uma eventual supresa «antes do fim do ano» feita por Fernando da Piedade «Nando», vice-ministro do Interior, durante o último Conselho de Ministros.

A estratégia de força adoptada por Luanda, segundo fontes diplomáticas, poderá corresponder a sinais que indiciam que uma tal opção poderia encorajar uma atitude de menos condescendente da futura administração norte-americana em relação à política militarista da UNITA.

Encontro, «só em Luanda»

Maior irritação parece ter provocado, entretanto, ao Governo angolano a insistência do secretário-geral das Nações Unidas, Butros Ghali, em propor um encontro entre Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi fora de Angola, hipótese que chegou a ser bem acolhida entre a oposição ao MPLA.

Para uma fonte do Bureau Político do partido governamental, «mesmo que estivessem criadas as condições para um encontro entre os dois, só o aceitaríamos para depois da investidura do novo Presidente norte-americano».

Uma fonte do Governo rejeitou a possibilidade de se reiniciar o diálogo «a qualquer preço», depois das reservas evidenciadas pela UNITA para sair do Uíje e de

Negage, e não escondeu a sua «profunda decepção» pela ligação entre, por um lado, as últimas propostas de Geoffrey Davidow e as do secretário-geral da ONU e, por outro, entre as sugestões avançadas em privado ao Presidente Eduardo dos Santos pelo mesmo diplomata americano e os seis pontos adicionais que a UNITA propôs acerca de uma nova cimeira entre José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi.

A hipotética aceitação desta pelo Governo — entretanto qualificada pelos radicais do regime como uma «dnultrapassável e gravosa ofensa aos eleitores» — foi domingo oficialmente rejeitada pelo Presidente Eduardo dos Santos, que a condicionou «ao retorno da UNITA às posições anteriores à realização das eleições».

Para o ministro das Relações Exteriores, Venâncio de Moura, «o encontro entre o nosso Presidente e Jonas Savimbi, só em Luanda», enquanto uma fonte da Presidência da República dizia que «o reconhecimento de paridade de estatuto pelo qual Jonas Savimbi tanto reclama significaria a consumação da democracia para pretos que Pik Botha nos quis impor».

A questão da imunidade de Savimbi

Entretanto, contactado pelo EXPRESSO no Huambo, um alto dirigente da UNITA reafirmou a necessidade de se «reanalisar a problemática da imunidade de Jonas Savimbi», pois, segundo sustentou, «os líderes da UNITA não podem estar sujeitos a um estatuto de quase clandestinidade».

Para o mesmo dirigente, que se tem interrogado sobre o conceito de custódia a que estão sujeitas em Luanda a sua esposa e filha, «os 17 meses de pré-paz não foram suficientes para esbater a desconfiança, uma vez que só a coabitação — e não uma pseudo-integração da UNITA — pode resolver o problema de Angola».

Gustavo Costa
correspondente
em Luanda

PÚBLICO SÁBADO, 2 JANEIRO 1993

Savimbi não morreu

A UNITA desmentiu ontem como «completamente falsas» as informações de que o seu líder, Jonas Savimbi, tinha morrido, assassinado ou vítima de doença, na cidade de Cuito, no centro de Angola. «Só posso dizer, com toda a certeza, que isto é uma fabricação. (...) É completamente falso», declarou Abelardo Muzorewa, funcionário da UNITA contactado pela agência Reuters no Huambo. «Jonas Savimbi está aqui comigo a almoçar pacificamente e deseja-vos um feliz Ano Novo», acentuou, referindo que o habitual porta-voz da UNITA, Jorge Valentim, não estava disponível para atender o telefone e que também não era possível falar directamente com Savimbi. Entretanto, uma outra fonte UNITA denunciou que forças governamentais continuam a atacar posições do movimento do galo negro no Caixito e N'dalatando, próximo de Luanda.

Público 18/12/92

Neto trasladado em segredo

O EX-PRESIDENTE da República António Ramalho Eanes partiu esta madrugada para Luanda, respondendo a um convite de José Eduardo dos Santos para que amanhã, sábado, à transladação, para o mausoléu da Praia do Bispo, dos restos mortais de Agostinho Neto, primeiro presidente da República Popular de Angola. Até ontem à tarde, porém, a realização da cerimónia não havia sido tornada pública e era desconhecida, inclusive, em meios diplomáticos e jornalísticos da capital angolana.

Apesar de uma decisão ter sido tomada já pelo Governo e pelo MPLA, e de datas para a cerimónia terem sido referidas por mais de uma vez, o destino a dar ao corpo de Agostinho Neto parece ter-se transformado quase em segredo de Estado. Os seus restos repousam há 13 anos no Palácio do Governo, onde esteve instalada a administração portuguesa. O mausoléu que o MPLA decidiu construir — uma estranha massa de cimento em forma de foguetão — permanece inacabado e serviu em Junho de cenário a uma missa pontifical celebrada pelo Papa.

UNITA capturou dois portugueses

DOIS PORTUGUESES naturais do Algarve foram presos pela UNITA no passado dia 19 de Dezembro na localidade de Waku-Kungo (antiga Cela). A missão das Nações Unidas em Angola e o consulado português em Luanda estão a tentar a sua libertação, desconhecendo-se para já o seu paradeiro.

Fernando Palma e João Baptista, ambos de 42 anos, partiram de Luanda na companhia de um angolano com o objectivo de negociarem a compra de uma fazenda na Cela, cidade da província do Kuanza Sul ocupada pela UNITA. Seriam capturados cerca das 22h00 do dia 19 — disse ao PÚBLICO Jaime Cardoso, um sócio dos dois portugueses que permanece em Luanda.

Um dos raptados conseguiu entregar um cartão a alguém que o fez chegar às autoridades locais, antes de serem levados para a zona de acantonamento de Cassongue, de onde poderão ter sido levados para o Huambo ou para a Jamba.

De acordo com Jaime Luis, os portugueses "foram presos pela BRINDE [policia política da UNITA] depois de terem obtido do comandante Chilemo [da UNITA] garantias de que podiam avançar em segurança". Mas o comandante das forças da UNITA no local negou que os tivesse visto, quando recebeu, segunda-feira, a visita de uma delegação das Nações Unidas.

Em Lisboa, Corte Real Sequeira, da delegação do movi-

mento de Jonas Savimbi, disse ao PÚBLICO que desconhecia a existência de prisioneiros portugueses nas mãos da UNITA, escudando-se em dificuldades de comunicação: "Recebemos inúmeros pedidos deste género de familiares de pessoas que foram para a campanha eleitoral e de que perdemos o contacto."

Savimbi saiu do Huambo?

Savimbi e os principais dirigentes da UNITA que se encontravam no Huambo terão entretanto abandonado o planalto central, alegadamente para se colocarem a salvo de um ataque das forças governamentais, de acordo

com uma fonte diplomática em Luanda ouvida pela agência France Presse. Os dirigentes da UNITA — acrescentou — dirigiram-se para a província do Bié, sudeste do Huambo, de onde terão seguido para a Jamba, no extremo sudeste de Angola.

A atitude dos dirigentes da UNITA segue-se aos crescentes rumores de que as forças governamentais terão reforçado posições nas províncias ocupadas militarmente pela UNITA (Bengo, Uje, Kuanza Norte, Bié e Huambo). ■

ANGOLA

Guerra e paz

PÚBLICO

SEXTA-FEIRA, 1 JANEIRO 1993

Em 1992, os ódios tribais e a clivagem de 16 anos de guerra civil foram mais fortes do que os esforços de paz e a democracia multipartidária continua a ser uma miragem distante para os angolanos. Para eles, 1993 será de novo um ano de angústias: a ameaça da guerra total pode ser mais

forte do que os esforços de paz da comunidade internacional. Em Luanda e um pouco por todo o país vivia-se com o dedo no gatilho desde que, no dia 3 de Outubro, Savimbi se recusou a aceitar os resultados das eleições de 29 e 30 de Setembro, ganhas pelo MPLA e que ditaram a realização de uma segunda volta entre Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi. Tudo se precipitou no último fim-de-semana de Outubro: os sons da guerra acordaram os angolanos do sonho de paz. Quatro mil mortos, segundo estatísticas oficiais, ou mais de 15 mil, são o rescaldo do banho de sangue em Luanda e nas principais cidades do país. Seguiram-se dias de perseguição étnica a norte e a sul e o país parece agora mais dividido do que nunca. A comunidade internacional esforça-se por retomar a aplicação dos acordos de paz assinados no Estoril em 31 de Maio de 1992, mas a UNITA não se mostra permeável às pressões e ocupou, entretanto, várias capitais de província. A intervenção de seis mil capacetes azuis da ONU parece agora a última esperança. É que sem o desarmamento da UNITA, o novo Governo de maioria MPLA garante que não haverá a segunda volta das eleições presidenciais e Savimbi não aceitará depor as armas sem a presença no terreno de uma força multinacional.

COMENTARIO



Benjamin Formiga

1992

EXPRESSO 31-12-92

E M ANGOLA, o regime fez aquilo que exigiam dele. Reformou-se. O Governo assinou acordos com a UNITA, promoveu eleições que a ONU e a comunidade internacional, em geral, consideraram justas e livres. Simplesmente, o Governo, ou melhor, o partido do Governo, o MPLA atreveu-se a ganhar as eleições. E José Eduardo dos Santos teve a ousadia de ser mais votado que Jonas Savimbi. O líder da UNITA retirou-se da capital, foi para a antiga cidade de Nova Lisboa — o Huambo — e do planalto central angolano quase faz acreditar que o país está dividido em dois.

No Huambo, Savimbi tem recebido dignitários estrangeiros, emissários de chefes de Estado e de Governo, embaixadores ou representantes da ONU. Alegando «razões de segurança» recusa deslocar-se à capital — e um encontro com o chefe de Estado cessante, e candidato mais votado na primeira volta das presidenciais, só nas condições por si determinadas.

A «guerra de Luanda» deveria ter sido para a UNITA um alerta de que a paciência se esgota e, especialmente, que não deve confundir com medo uma política de contenção, um acto de contemporização ou uma concessão feita pelo seu adversário. As próprias populações acabaram, em muitos casos, por se virar contra a UNITA. Um movimento que muitos haviam apoiado, quanto mais não fosse por oposição ao desgoverno do MPLA.

Hoje, porém, o MPLA não pode esquecer que beneficiou do voto útil contra a UNITA.

Os problemas de Jonas Savimbi irão aumentar à medida que o tempo passa sobre a primeira volta das presidenciais. Politicamente, o seu movimento está isolado na cena internacional, onde nem os seus amigos tradicionais se levantam para o defender, e os seus aliados de outrora o abandonaram. Ao ocupar tantas cidades e localidades, como fez nos últimos tempos, a UNITA dispersou demasiado as suas tropas. Tornou-se militarmente vulnerável.

Todavia a solução política é a única saída que o Presidente angolano tem.

Se o Governo decidisse retomar os municípios em poder da UNITA teria a seu favor, além da dispersão das forças, a desvantagem em que fica um guerrilheiro quando abandona a mata para defender uma posição fixa. Se uma linha dura pressionasse a solução militar, ou se o impasse se tornar insustentável ou se agravar, o número de baixas entre a população civil seria incalculável.

Resta apenas esperar que a UNITA não interprete mal os sinais que vêm de Luanda. África não tem hoje muitas figuras políticas com carisma, e provavelmente uma delas já perdeu a credibilidade internacional.

A delegação da OUA que esta semana visitou Luanda não deixou margem para equívocos, recusando-se a ir ao Huambo: um encontro com Savimbi só em Luanda.

6 UNITA faz apelo desesperado

EXPRESSO 31-12-92

Gustavo Costa
correspondente em LUANDA

UM DESESPERANTE apelo à comunidade internacional para que interceda no sentido de «as tropas governamentais cessarem imediatamente os flagelamentos contra as localidades de Caxito e N'Dalatando» foi ontem feito pela direcção da UNITA no Huambo, aparentemente apanhada de surpresa pela ofensiva que as FAA estão a desencadear, com o apoio maciço da aviação, sobre aquelas duas cidades.

De acordo com um comunica-

do lido ontem por Jorge Valentim através da «Voz do Galo Negro», estão a ser feitos intensos bombardeamentos por caças e helicópteros, que, segundo algumas fontes militares governamentais, terão dizimado uma coluna de soldados da UNITA que se movimentava a norte de Luanda.

O secretário para a Informação da organização de Jonas Savimbi afirmou que a UNITA, perante esta ofensiva das FAA, só poderá «responder à letra, depois do espírito de boa vontade» que manifestou com a sua aparente saída das localidades do Uíje e Negage. Para a UNITA, «a

bola está no campo do Governo», que acusa estar «a agir de má fé».

Luanda não parece, porém, disposta a condescender, devido «ao cínico comportamento dos americanos e das Nações Unidas». Segundo disse ao EXPRESSO um diplomata angolano, a posição do Governo deve-se «à coincidência de conteúdo dos relatórios da ONU e das propostas da actual Administração norte-americana, que faz com que pareçam uma única entidade».

Entretanto, uma fonte governamental afirmou, ontem, que,

«esta semana, se adensaram as inúmeras reservas» das autoridades de Luanda quanto ao alcance e à sinceridade das propostas da UNITA, devido à suposta deslocação, no último fim de semana, de Jonas Savimbi da cidade do Huambo para o Bié, acompanhado por uma extensa coluna militar protegida por um forte aparato bélico. A integração do líder da UNITA nesta coluna, que poderá dar credibilidade a uma pretensa intenção de transferir o seu estado-maior para o Andulo — sua terra natal —, foi, entretanto, desmentida ontem por Jorge Valentim.

Psicose da espionite na UNITA

PÚBLICO

SABADO, 2 JANEIRO 1993

VAI UM ambiente de cortar à faca na delegação da UNITA, em Lisboa, a viver agora na psicose da espionite. A primeira vítima foi já Paula Castro, a filha do agora deputado dissidente angolano Norberto de Castro — despedida de funcionária por tabela das acusações que os homens do galo negro fazem ao pai. E ao que corre, outras purgas estão já em marcha, na proporção directa das deserções e dos arrependimentos anunciados a conta-gotas pela propaganda do MPLA — o seguinte sempre mais espectacular e inesperado que o anterior.

Mas a gota de água que fez virar a paciência (e as dúvidas) dos homens da UNITA em Lisboa, ainda mal refeitos com a derrota na «batalha de Luanda» de 31 de Outubro, foi mesmo o vídeo bombástico sobre Jonas Savimbi e a sua declarada estratégia de confrontação armada em Angola, profusamente distribuído pelas chancelarias e redacções do mundo. Tão bombástico que contém imagens dos comícios privados de Savimbi, na sua (julgava-se...) inexpugnável fortaleza da Jamba, dizendo o que não se supunha que um político alguma vez pudesse dizer em público... ■

Dirigente da UNITA EXPRESSO 31-12-92 com sorte desconhecida

HÁ mais de uma semana que não se conhece o paradeiro do médico pessoal de Jonas Savimbi e membro do Comité Político da UNITA, Carlos Morgado. De acordo com seus familiares em Portugal, há vários dias que não se obtém informações sobre a sua situação como prisioneiro, apesar de ter sido designado pela UNITA para ocupar uma das pastas no Governo de Angola. Morgado, 31 anos, apontado como um dos mais radicais líderes do movimento de Savimbi, foi detido pelas forças governamentais no dia 1 de Novembro, na sequência dos combates de Luanda, e transferido para a prisão da Estrada de Catete, perto da capital.

PÚBLICO

DOMINGO, 3 JANEIRO 1993

SAVIMBI COOPERANTE COM ENVIADA DA ONU — O líder da UNITA, Jonas Savimbi, declarou ontem a Margaret Anstee, a enviada especial do secretário-geral da ONU, estar pronto a reatar o diálogo com o Governo angolano para «voltar a pôr o processo de paz nos carris». Segundo Jorge Valentim, secretário de informação do movimento, em declarações à agência Lusa, foi esta a mensagem transmitida por Savimbi durante o encontro no Huambo. Antes de recomençar as conversações «é preciso pôr fim aos combates», sublinhou contudo Valentim, que acusou forças governamentais de continuarem a «atacar posições da UNITA nas cidades de Caxito e N'dalatando».

Savimbi «conciliador»

PÚBLICO

QUINTA-FEIRA, 31 DEZEMBRO 1992

O LÍDER da UNITA, Jonas Savimbi, defendeu a criação em Angola de um Governo de «Conciliação Nacional» com a participação de todas as forças políticas angolanas, como «a solução política para tirar o país de um beco sem saída».

Savimbi fez esta afirmação em entrevista publicada ontem pelo diário parisiense «Le Figaro», em que apelou ao governo francês para se juntar aos esforços da comunidade internacional para pôr fim ao conflito que opõe a UNITA e o Governo de Luanda. «França poderia de-

sempenhar um papel importante em Angola se essa fosse a vontade de Paris», disse.

A crise angolana mergulhou num impasse depois dos sangrentos confrontos do último de fim-de-semana de Outubro, desencadeados depois da recusa de Savimbi em aceitar os resultados das eleições gerais de 29 e 30 de Setembro, que a UNITA considerou fraudulentas. Depois disso, o MPLA, partido maioritário, avançou com a formação de um Governo de «Unidade Nacional» em que reservou cinco lugares ao movi-

mento de Savimbi. Em comunicado datado de 8 de Dezembro, a UNITA disse aceitar a pasta da Saúde e os quatro lugares de vice-ministro, indicando para esses lugares cinco dirigentes presos em Luanda, que ainda não foram empossados.

Ao manifestar-se favorável a um papel mais interveniente da França no processo de paz em Angola, Savimbi parece esquecer-se dos ataques verbais dirigidos aos franceses que trabalham na exploração petrolífera do Soyo, durante um comício no passado mês de Julho. ■

200 mortos na capital da província de Huíla

Governo expulsa militantes da UNITA do Lubango

PÚBLICO

SEGUNDA-FEIRA, 4 JANEIRO 1993

VIOLENTOS confrontos entre forças governamentais e da UNITA ocorreram ontem em Lubango, capital da província de Huíla, causando pelo menos 200 mortos e levando à captura do chefe do Estado Maior da Região Sul das FALA (o Exército da UNITA), o brigadeiro Padrinho Pilartes, noticiou a agência Angop.

Segundo a agência noticiosa angolana, os confrontos começaram cerca da 8h00 e atingiram particularmente as zonas periféricas, onde se refugiou um elevado número de membros da organização de Jonas Savimbi e onde se registou a maior parte das baixas. "Os principais supermercados e viaturas de elementos conotados com a UNITA foram saqueados e destruídos", disse a Angop.

Uma fonte militar governamental, citada pela agência Lusa, disse em Luanda que os confrontos começaram a meio da manhã, quando indivíduos alegadamente afectos à UNITA dispararam tiros contra o posto da polícia e o quartel-general das forças governamentais. "Já tínhamos avisado que não suportaríamos mais provocações", disse a mesma fonte, que confirmou a detenção de Padrinho Pilartes.

Nova chacina de militantes da UNITA

Quer a agência angolana quer o militar citado pela Lusa coincidiram quanto à violência dos combates. As forças da UNITA recorreram a armas pesadas e flagelaram o aeroporto da cidade, sem conseguirem qualquer sucesso, enquanto eram violentamente repelidas por "forças da polícia, apoiadas por populares", que acabaram por expulsar os adversários da capital de Huíla. O edifício do Hotel Império ficou praticamente destruído nos confrontos.

"Tudo onde se encontravam elementos da UNITA ficou destruído", sublinhou aquele militar à Lusa. Só no Hotel Império, onde os homens da UNITA se refugiaram, morreram mais de cem pessoas", acrescentou. Uma fonte policial disse que ao

fim da tarde ainda se assistia a rebentamentos e tiros pela cidade e a corridas desordenadas de membros da organização de Savimbi.

Segundo uma nota assinada pelo secretário para a Informação da UNITA, a organização não tinha no Lubango forças militares "que pudessem constituir ameaça alguma". Jorge Alicerces Valentim acusa os elementos do Governo de se terem "furtado a aceitar a solução pacífica do conflito" quando a missão da ONU em Angola "tentou várias vezes aproximar as partes para um cessar-fogo e diálogo".

Aviões MIG participaram nos bombardeamentos

A versão dos acontecimentos relatada pela UNITA é diferente. Os combates, segundo aquela nota, começaram pelas nove horas da manhã, quando as "Forças Armadas do Governo atacaram todas as instalações da UNITA [residências e escritórios] no Lubango".

Blindados, artilharia e aviões MIG terão participado nas operações governamentais, disse Jorge Valentim, contactado por telefone, no Huambo, pela agência Reuter. Três horas depois, com a intervenção de mediadores da UNAVEM-II, terminaram os confrontos, mas a UNITA exige agora um "inquérito minucioso", com a participação da ONU e dos observadores internacionais.

Os combates em Lubango (antiga Sá da Bandeira) sucedem aos registados nos últimos dias nas localidades do Caxito, Gabela e Ndalatando, e inserem-se no que fontes militares angolanas designam por "operação de limpeza".

Segundo informações obtidas pela Lusa, a reposição da administração da cidade será feita nos próximos dias em quase toda a província de Cuanza-Sul, onde neste momento apenas a localidade de Waka-Wungo se encontra em poder da UNITA. "Resolvida a questão no Cuanza-Sul e na Huíla, será depois a vez de Lunda-Norte e Lunda-Sul", garantiram fontes militares. ■

A crise angolana vista de cá

CARTAS

EXPRESSO 31-12-92

TEM assumido aspectos de verdadeiro escândalo, de vergonha mesmo, a maneira facciosa como a generalidade dos órgãos de comunicação social portugueses (imprensa, EXPRESSO incluído através dos seus enviados, rádio e televisão) vêm tratando os acontecimentos dos últimos tempos na martirizada terra de Angola.

Efectivamente, quando destes sectores se esperava isenção, surge, por parte dos mesmos, um vomitar de veneno anti-UNITA que não convence o simples observador. Aliás, neste tipo de actuação caiu também o próprio Governo, na esfera do qual me tenho identificado, mas que, neste caso, falhou flagrantemente...

Não é protegendo unilateralmente os oportunistas interesses de uma das partes, neste caso os marxistas do MPLA que tão apressadamente viraram «social-democratas», que se ajuda a conquistar a paz. A UNITA, apesar de todas as ingenuidades de que tem dado provas neste processo, saberá continuar a lutar e a vingar a morte daqueles que caíram na armadilha montada, à boa maneira marxista, em Luanda. Esperem pela resposta...

E se vier a verificar-se a «somalização» daquele já martirizado povo, então que haja da parte dos sectores apontados a coragem de assumir as próprias culpas, conquanto, nessa altura, possa ser demasiado tarde, para mal dos angolanos e de todos aqueles que almejam a paz e o progresso em Angola...

José Silva
Queluz

PASSADOS os dias suficientes sobre os últimos acontecimentos em Luanda e quando se começa a desvendar um pouco do véu, quer pelo relato de testemunhas oculares quer até por documentos escritos encontrados no rescaldo da refrega, bom seria, até por uma questão de princípio, que aqueles que em cima da hora foram muito lesto em condenar uma parte, o MPLA, e solidarizar-se com a outra, a UNITA, viessem agora, perante os dados já conhecidos, reafirmar o que disseram [...].

Mas é preciso compreender por que correm e por quem correm eles (e elas), quase todos já peregrinos da Jamba — o chamado, inadequadamente, «lobby» da UNITA em Portugal. Talvez julguem os portugueses que eles correm por uma das partes do conflito, o que seria normal num país democrático e de livre opinião. Mas estão enganados, tais são as contradições da ideologia, pensamento e práticas em que eles caem, ao colarem-se à UNITA.

Não vale a pena traçar o percurso histórico da UNITA e de Jonas Savimbi. Apenas referir que o ideário da UNITA é inspirado em Mao Tsé-tung e cópia fiel do programa do PC chinês, e não obstante, ainda no tempo da guerra colonial, chegou a colaborar com a PIDE. Hoje é uma amálgama de maóismo, racismo, tribalismo e até bruxismo, escondidos em chavões do tipo «negritude», «autenticidade» e «genuinidade».

Então como é possível que, em Portugal, pessoas que se reclamam da democracia cristã, ou CDS, ou até da chamada direita portuguesa — como Manuel Monteiro, Krus Abecasis, Jaime e Maria José Nogueira Pinto e muitos outros desta área — defendam intransigentemente, inclusive com deslocações à Jamba, um partido que tem origem em práticas ainda recentes da doutrina maóista? Caso estranho, realmente, quando agora é o PCP que mantém laços de amizade com o PC chinês [...]. Por quem correm realmente?

O traço comum que há nesta gente toda e que inadequadamente se chama «lobby» pró-UNITA, é que correm pela África do Sul e pela solução que aponta para o seu território e que veriam com bons olhos também em Angola. «Lobby» pró-África do Sul, sim, e aí já entendo o que os une. Quem destes senhores, daqui a alguns anos, quando houver eleições na África do Sul, respeitará os resultados?

António M. Martins
Santiago do Cacém

Moçambique suspenso da ONU

MOÇAMBIQUE continua a aguardar que o Conselho de Segurança das Nações Unidas lance oficialmente a operação ONUMUZ, encarregada de fiscalizar o processo de paz naquele país e avaliada em 331 milhões de dólares.

Entretanto, começou ontem em Roma a conferência que demonstrará até que ponto a comunidade internacional está disposta a contribuir para que a paz e o combate à fome sejam possíveis naquele país da África Oriental.

A conferência de Roma e o arrastar de uma decisão por

parte do Conselho de Segurança seguem-se a uma reunião do Banco Mundial efectuada a semana passada em Paris e em que doadores internacionais prometeram 760 milhões de dólares para o programa de reconstrução de Moçambique.

O total inclui cerca de 137 milhões em auxílio alimentar, sendo o resto destinado a projectos económicos e sociais e a apoio às importações.

Muitos dos mesmos países doadores estão a participar na conferência de Roma e os diplomatas moçambicanos esperam que os seus representantes au-

mentem as suas promessas de auxílio, ao verificarem toda a extensão do problema.

Todos os doze países da Comunidade Europeia estão presentes na conferência, bem como os Estados Unidos, a Rússia, a China, a África do Sul e o Zimbábue, além de outros.

Enquanto isto, o secretário-geral da Renamo, Vicente Zacarias Ululu, chega a Maputo na próxima semana, a fim de aí se fixar em definitivo e abrir oficialmente a sede nacional do seu partido — comunicou o escritório daquele grupo em Portugal.

No entanto, o responsável pela mesma representação, coronel Joaquim Vaz, disse ao PÚBLICO não se saber ainda quando é que o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, trocará as suas instalações na zona da Gorongosa por uma casa que para ele está a ser preparada na capital moçambicana.

A Renamo anunciou que, com a chegada de Ululu a Maputo, dará início às suas actividades políticas em todas as províncias do país, transformando-se assim definitivamente de movimento de guerrilha em partido político. ■

Conferência de Roma para obtenção de fundos começa hoje

Moçambique pede auxílio

PÚBLICO
15.12.92

Jorge Heitor

O êxito do Acordo Geral de Paz para Moçambique e a efectivação de eleições dentro de um ano dependem, em grande medida, do resultado da Conferência de Doadores que hoje e amanhã decorre em Roma. Mas também da prontidão com que a ONU concretizar as decisões sobre o país, que o Conselho de Segurança estava ontem prestes a tomar.

Conseguir 400 milhões de dólares para a criação das novas Forças Armadas de Moçambique, para o regresso às suas terras de cinco milhões de desalojados e de refugiados e para a concretização de um processo eleitoral de contornos difíceis é um

dos objectivos da conferência de países e organizações doadores que hoje e amanhã decorre em Roma, a convite da Itália.

Mostrar que o mundo está solidário com o país mais pobre de todos (rendimento anual per capita inferior a 80 dólares) é a ideia geral desta Conferência de Doadores, na qual Portugal está representado pelo secretário de estado da Cooperação, Brígida Gala, e por organizações não-governamentais como o CIDAC e a OIKOS. E à qual também assistem Estados Unidos, Rússia, China, Comunidade Europeia, Santa Sé e Comissão Internacional da Cruz Vermelha.

Só se Moçambique conseguir desmobilizar a tempo todas as forças da Frelimo e da Renamo, desarmá-las e reintegrá-las socialmente (com verbas a fornecer pela comunidade internacional); fixar as populações que a seca e a guerra obrigaram a fugir para o estrangeiro ou para outras regiões do próprio país; dar-lhes meios de produção e de comercialização dos seus produtos; e reabilitar todas as infra-estruturas essenciais ao desenvolvimento é que poderá pensar com realismo realizar no fim de 1993 eleições presidenciais e legislativas.

A tarefa é verdadeiramente ciclópica, sendo difícil de acreditar que mesmo com toda a boa

vontade de italianos, portugueses e outros povos seja possível concretizar dentro dos prazos previstos tudo aquilo que se admite no Acordo Geral de Paz assinado em Roma no dia 4 de Outubro.

"Capacetes azuis"

O Governo de Moçambique e a Renamo estavam ontem à tarde à espera de que o Conselho de Segurança das Nações Unidas desse luz verde à proposta do secretário-geral Butros-Ghali no sentido de quase oito mil homens sob a bandeira da ONU participarem na fiscalização do cessar-fogo e do processo eleitoral.

Com os militares, polícias e observadores civis que Nova Iorque enviar e com as verbas que hoje e amanhã forem garantidas em Roma é que Moçambique irá ter alimentos, assistência médica e outras formas de apoio nos locais de acomodação das forças a desmilitarizar; irá conseguir que alguns milhões de cidadãos regressem às vilas e aldeias de onde fugiram nos últimos 15 anos; e que se realize um processo eleitoral em moldes que nunca conheceu e que são uma incógnita total para um universo populacional onde há 70 por cento de analfabetos.

As eleições em Angola fo-

ram um desastre porque os excedentes das tropas do MPLA e da UNITA não haviam sido devidamente desmobilizados a tempo e horas e reintegrados na sociedade civil antes de se proceder ao acto eleitoral; e porque nem tudo estava pronto para uma rápida contagem de votos, levando a um crescendo de tensão entre os militantes dos dois partidos principais.

É essencialmente a repetição desse erro que a comunidade internacional pretende agora evitar, podendo muito bem fazer com que as eleições tenham de ser transferidas para 1994, se até Outubro de 1993 não for de modo algum possível garantir o perfeito recenseamento eleitoral de quase oito milhões de pessoas com idade para votar. Nem as demais condições inerentes à regularização da vida num país completamente devastado pela guerra e agora dividido entre duas administrações distintas: uma nas áreas governamentais e outra nas zonas sob controlo da Renamo.

Calcula-se que há nesta altura mais de 1.300.000 moçambicanos a viver em zonas do país diferentes das habituais devido a uma enorme seca; que mais de 1.800.000 estão deslocados devido à guerra que durante 15 anos a Renamo travou contra o regime instituído em 1975 pela Frelimo; e que um milhão e meio se refugiou em países vizinhos, havendo um milhão no Malawi e 230 mil na África do Sul.

O que amanhã à noite se espera, quando for encerrada a Conferência de Roma, é que haja verbas e garantias suficientes para que sobrevivam as populações moçambicanas hoje em dia ameaçadas de morrer à fome e para que ao longo do próximo ano possam regressar às suas terras quase todos aqueles que desde há muito se encontram em acampamentos de refugiados ou que andam pelas matas, vivendo quantas vezes de folhas e de raízes. ■

Pretória caça militares

O PRESIDENTE da África do Sul, Frederik de Klerk, destituiu ou suspendeu 23 oficiais das Forças Armadas, incluindo diversos generais, acusando-os de realizarem operações militares encobertas destinadas a boicotar o seu programa de reformas democráticas. De Klerk afirmou que as actividades ilegais incluíam possivelmente o assassinio e que alguns dos oficiais poderiam ter agido em colaboração com grupos de extrema direita.

A descoberta, no mês passado em Pretória, de uma base secreta destinada à realização de operações encobertas, feita pela comissão de inquérito do juiz Richard Goldstone sobre as causas da violência política, levaram as investigações a culminarem na purga dos militares. Segundo o Presidente sul-africano, os responsáveis pelas actividades ilegais serão levados a tribunal.

Embora não tenham sido divulgados os nomes dos oficiais envolvidos, em Pretória acredita-se que os principais sejam o chefe do Estado-Maior do Exército, major-general Hennie Roux, e o vice-chefe da inteligência, major-general Chris Thirion. Contudo, outros oficiais da linha dura não foram apontados como envolvidos, como o militar de mais alto posto do país, o comandante das Forças Armadas, general «Kat» Liebenberg, ou o comandante do Exército, tenente-general Georg Meiring, e o chefe da inteligência militar, general Joffel van der Westhuizen, embora seja difícil explicar como os subordinados puderam agir sem que estes nada soubessem.

África do Sul

Público 20/12/92

Frederik de Klerk saneia militares

O PRESIDENTE da República da África do Sul, Frederik de Klerk, anunciou ontem ter saneado ou suspenso a actividade de 23 oficiais das Forças Armadas, incluindo dois generais e quatro brigadeiros, devido a actividades ilegais, que possivelmente incluíram casos de assassinio.

Em conferência de imprensa dada na Cidade do Cabo, De Klerk disse que um inquérito que ordenara há um mês já revelou actividades militares secretas que poderiam torpedear o seu programa de reformas.

“Estou chocado e desiludido; mas cheio de determinação. Se há um abcesso, quero acabar com ele” — afirmou o Presidente, ao confirmar o que muitos adversários do Governo já por diversas vezes têm dito: há

sectores das Forças Armadas sul-africanas de modo algum interessados na plena e transparente democratização do país.

Frederik de Klerk não deu pormenores nem forneceu o nome dos oficiais saneados, dizendo que novos dados serão divulgados logo que avançar o inquérito que está a ser feito pelo general Pierre Steyn.

Segundo ele, ministros e altos funcionários nada sabiam de certas actividades dos serviços secretos militares: “Há indícios de que alguns dos indivíduos poderão ter sido motivados pelo desejo de nos impedir de alcançar os nossos objectivos (reformistas)”.

Defensores dos direitos humanos declaram que cerca

de 80 militantes da luta contra o apartheid foram assassinados desde 1960 por esquadrões que possivelmente incluíam polícias e militares.

O ANC saudou a aceitação pelo Presidente da República das provas de que elementos das Forças Armadas conspiram contra o movimento, mas observou que este reconhecimento vem pelo menos com dois anos de atraso. E o Partido Conservador, situado à direita do Governo, acusou De Klerk de estar a efectuar uma caça às bruxas.

O Chefe de Estado explicou que não dava de imediato o nome dos visados porque muitos deles se encontram de férias ou ainda nem sequer sabem que terão de prestar contas à justiça por actividades exercidas na clandestinidade. ■

SEXTA-FEIRA, 1 JANEIRO 1993

África do Sul vive “estação do suicídio”

O PRESENTE de Natal de Rudi Leubecher, da Cidade do Cabo, África do Sul, para a sua filha de sete anos, Chantelle, foi um tiro na cabeça. A família de Rudi, 33 anos, afirma que ele ficou tão deprimido após o colapso da sua firma de transportes e a consequente separação da mulher que perdeu toda a esperança.

Durante a noite, num domingo do início do mês, enquanto a filha dormia, pegou nela, levou-a para a sua cama e disparou para a cabeça da criança. A seguir disparou contra a sua e matou-se. “Ele amava a família e sabia que com a bancarrota do seu negócio não a poderia mimar como costumava fazer”, tentou explicar a irmã, Marie Jordaan, aos jornalistas. “O

meu irmão matou-se e matou a filha porque não podia dar-lhe o tipo de prendas de Natal que costuma dar”.

A instabilidade política e económica que se vive hoje na África do Sul tem feito aumentar a miséria de muitos sul-africanos que, no Natal e Ano Novo, são mais facilmente levados à loucura — ou à morte. Psiquiatras afirmam que Chantelle, a filha de Rudi Leubecher, foi apenas a última vítima de um fenómeno que se está a tornar cada vez mais comum à medida que a África do Sul se desloca do até há pouco inquestionável regime de “apartheid” para a incerteza da democracia.

Com milhares de pessoas que passam a sua primeira noite de Ano Novo sem emprego, as autoridades já chamaram a atenção para o que os médicos baptizaram de “estação do suicídio”.

“O Natal amplia a solidão dos que não têm com quem nem para onde ir”, afirmou Elmi Badenhorst, responsável por um serviço telefónico chamado “Linha Vida”.

O desemprego na África do Sul está não oficialmente calculado em mais de 40 por cento da população. Mais de 100 mil brancos foram despedidos em 1992 de empregos que provavelmente consideravam como mais do que seguros.

Todos os anos, pelo menos 20 pais matam as suas mulheres e filhos em vagas de homicídios neste época, que terminam normalmente com o suicídio. Casos como o do homem que após ter perdido o emprego fez uma verdadeira caça a sua filha de dez anos — pôs a criança a correr rua abaixo disparando contra ela até à morte — repetem-se cada vez mais. “Acontece mais entre os que costumam estar bem, a classe média, mas ocorre em qualquer grupo racial e religioso, e é feito por homens e mulheres”, diz Louise Olivier, do Instituto de Investigação de Ciências Humanas da Cidade do Cabo. ■

Brandon Boyle, Reuters

CABO VERDE

EXPRESSO 19-12-92

Convenção problemática

O PARTIDO no poder em Cabo Verde, o MPD, adiou para 29, 30 e 31 de Dezembro a sua convenção, inicialmente prevista para este fim-de-semana. A designação de um novo líder parlamentar, na agenda, foi deixada para Janeiro. A convenção terá convidados estrangeiros, entre eles vedetas inesperadas para muitos: uma delegação do Partido Comunista de Cuba.

Embora o comité director do MPD não tenha apresentado publicamente nenhum motivo, sabe-se que não estava a ser fácil eleger os delegados, por falta de comparência dos membros do partido, apesar de as reuniões serem publicitadas pela rádio nacional. Em Santa Catarina, a mais populosa e importante região agrícola, só compareceram à «primeira chamada» da convenção regional os 15 postulantes a delegados nacionais. O mesmo aconteceu no Sal, o mais importante pólo de desenvolvimento turístico.

Terá tido, entre outros, influência negativa na «agitação» pré-convenção o facto de o Procurador da República ter reconhecido perante os advogados que não tinha ainda caracterizado os factos de que poderia indiciar o líder da oposição, Pedro Pires, apesar de o ter convocado como arguido no chamado «caso 'África'», no passado dia 2. Cerca de meio milhar de pessoas esperava, entretanto, durante quatro horas, o ex-primeiro-ministro à porta do tribunal.

Dificuldades na cúpula

As pretensões do ministro da Justiça, Eurico Monteiro, de assumir a chefia do partido nesta convenção, mesmo que, num primeiro tempo,

Carlos Veiga continuasse na chefia do Governo, tinham sido há muito deixadas filtrar por certos sectores. E, mesmo assim, as condições eram duras: Veiga teria de fazer uma remodelação que afastasse, pelo menos, os ministros da Informação, Leão Lopes, da Agricultura, Gualberto do Rosário, e o ministro-adjunto da Administração Pública, Alfredo Teixeira, bem como o secretário de Estado da Emigração. Renunciaria ainda a nomear vice-primeiro-ministro o actual titular da pasta dos Estrangeiros, Jorge Fonseca, preferindo alguém da área económica que lhe deixasse vagar para se ocupar ele próprio da



Carlos Veiga: problemas

administração pública. Uma hipótese é Tomás Veiga, seu irmão e o homem que faz a ponte com os radicais apoiantes de Monteiro, tendo ao mesmo tempo a confiança dos

tecnocratas que rodeiam António Canuto, homem-forte da Shell-Cabo Verde tido como o líder-sombra. Outra, que teria a vantagem de esbater a imagem de «governo-família», é «Manecas» Chantre, ex-director das Páginas Amarelas, visto como o homem da Marconi em Cabo Verde.

Até há pouco erado como cer-

to um compromisso de Eurico Monteiro de desencorajar os seus apoiantes e renunciar a um con-

fronto que poria à mostra a fragilidade de um poder que se pretende hegemónico. Mas uma sua intervenção pública criticando os despedimentos nas obras públicas que empregam camponeses ameaçados pela fome foi entendida como um claro sinal de que decidira fazer da questão sensível da seca um trampolim de popularidade e poder.

A questão militar

Outra questão que tem vindo a ser adiada é a dos militares. As Forças Armadas não chegam a 2 mil homens, mas não deixam de ser percebidas pelo poder actual como uma potencial ameaça.

Carlos Veiga assumiu desde o início a pasta da Defesa, o que não o impediu, numa reunião da Internacional Socialista em Dacar, de denunciar uma alegada tentativa de golpe de Estado «à boca das urnas», mal fora anunciada a sua vitória eleitoral. O ex-primeiro-ministro Pedro Pires, que estava na sala, optou pelo silêncio. Segundo teria dito mais tarde a alguns íntimos, soube bem «o elogio como democrata»... Essa denúncia acentuou, contudo, o mal-estar dos militares.

O primeiro-ministro aproximou-se agora do ex-chefe do Estado-Maior, Agnelo Dantas, e estaria a preparar o terreno para o nomear ministro da Defesa. Mas Dantas, antigo comandante da guerrilha, estaria mais interessado em comandar a pequena força que Cabo Verde irá propor para integrar os «cacetes azuis» em Moçambique. Os ministros de Carlos Veiga consideram-se mal pagos, não sem

Manuel Delgado

Caça ao 'delator'

O JORNALISTA cabo-verdiano Álvaro Ludjero, ao serviço do departamento de relações públicas da companhia aérea daquele país, está sob inquérito pelo conteúdo dos trabalhos de reportagem dos jornalistas portugueses Luís Alberto Ferreira, do «Jornal de Notícias», e Vítor Moura Pinto, da SIC, que o escritor e deputado Germano Almeida considerou publicamente «denegrirem a imagem do Governo» de Carlos Veiga. Álvaro Ludjero acompanhou um grupo de jornalistas portugueses que visitou Cabo Verde a convite dos TACV e é «suspeito» de ser o «garganta funda» que forneceu os dados que fundamentaram os artigos «hostis». Para mais, Ludjero, formado em Havana e casado com uma cubana, é colaborador da página desportiva de um semanário conotado com a oposição.

M.D.

expresso 24-12-92

Helicóptero russo afunda-se em Cabo Verde

UM HELICÓPTERO de fabrico russo, equipado com flutuadores, ao serviço de uma empresa de transportes de Cabo Verde, afundou-se no passado dia 12, a cerca de uma milha do aeroporto de S. Vicente. O aparelho, um MI14, fora buscar uma criança francesa gravemente doente a um barco de recreio, que navegava fora das águas territoriais. A operação de salvamento prolongou-se em demasia, ao mesmo tempo que, na viagem de regresso, o «heli» defrontou uma forte vendaval. Esgotado o combustível, ao fim de mais de 5 horas de voo, o aparelho anfíbio amarou, junto a um grupo de embarcações de pesca, para onde foram transferidas a criança e a mãe, assim como a tripulação russa e as equipas de salvamento e da televisão cabo-verdiana. Os flutuadores do aparelho, contudo, não aguentaram a ondulação, pelo que o helicóptero se afundou.

Onésimo Silveira

EXPRESSO, QUINTA-FEIRA 31 DE DEZEMBRO DE 1992

lança '3ª força'

O PRESIDENTE da Câmara de S. Vicente, Onésimo Silveira, está prestes a lançar uma associação cívica designada Espaço Democrático (ED), que marcará formalmente a ruptura da sua aliança com o MPD, do primeiro-ministro Carlos Veiga. Mas, segundo declarou ao EXPRESSO o número dois do ED, Humberto Monteiro Leite, ex-secretário-geral do Ministério português da Comunicação Social, o «timing» da conversão dessa associação em partido «dependerá de como Carlos Veiga se sair na convenção de Janeiro do MPD». Monteiro Leite prometeu «surpresas» quanto aos protagonistas da ED, e entre eles estaria, segundo fontes da cidade da Praia, o ex-ministro dos Estrangeiros Silvíno da Luz.

A tão esperada «terceira força» da democracia cabo-verdiana vem, portanto, a caminho com 1993, mesmo que o Espaço Democrático se dê de imediato a si próprio tarefas tão vagas como a defesa das liberdades e garantias individuais e o estrito cumprimento da Constituição. É, aliás, convicção generalizada que Silveira deu agora início à corrida às próximas eleições presidenciais. Carismático e polémico, nos antípodas do actual Chefe de Estado,

Mascarenhas Monteiro, Silveira declarou recentemente que o comportamento do partido do primeiro-ministro tem «pouco de democrático e muito de fascista».

Verdadeiro «enfant terrible» do nacionalismo cabo-verdiano, doutorado em Ciências Políticas pela Universidade de Upsala e ex-representante do Alto Comissariado da ONU para os Refugiados em Angola e Moçambique, Onésimo Silveira, de 58 anos, foi o intelectual que se fez contratar para as roças de S. Tomé para escrever a novela *Toda a Gente Fala Sim Senhor*, antes de ser descoberto pelas autoridades portuguesas e deportado para Angola. Foi aí um dos animadores dos célebres «Cadernos Imbondeiros». Transferido com residência fixa para Cabo Verde em 1964, Silveira seria protagonista de uma fuga espectacular.

Poeta e romancista de ruptura com os velhos «claridosos», com o ensaio *Consciencialização na Literatura Cabo-Verdiana*, de 1961, Silveira viria a ser, nos finais dos anos 60, o homem que estabeleceria o entrosamento do PAIGC com a social-democracia sueca de Olof Palme. Na Europa-América saiu este ano o primeiro tomo da sua

trilogia *Saga das As-Secas e das Graças de Nossenhor*.

Aliado incómodo

Onésimo Silveira rompeu com o PAIGC logo a seguir ao assassinio de Amílcar Cabral, em 1973, incompatibilizado com o seu sucessor, Aristides Pereira. Depois do 25 de Abril, tentou fundar um partido social-democrata, mas a dinâmica do partido único levou-o de volta ao exílio.

A abertura de 1990 viria a precipitar a sua reforma de funcionário da ONU para o lançar de novo na política activa como feroz opositor de Aristides Pereira e do seu número dois, Pedro Pires.

A aliança com o antigo colaborador e sucessor de Pedro Pires foi, porém, sol de pouca dura. Carlos Veiga e o seu MPD desconfiavam das «tendências caciquistas» de Silveira e opuseram-se à pretensão de se candidatar à presidência da Câmara da sua cidade natal, S. Vicente, lançando contra ele um candidato que julgavam forte: um cunhado de Aristides Pereira. A maioria esmagadora de Silveira nas autárquicas do final do ano passado seria o primeiro sinal de que a vitória do MPD nas legislativas não tinha sido propriamente um cheque em branco.

Confrontado com a oposição da ala radical liderada pelo ministro da Justiça, Eurico Montelro, que levou já a dois adiamentos da convenção do MPD (marcada para finais de Janeiro, e não finais de Dezembro, como aqui erradamente se disse na edição de 19/12), Carlos Veiga estaria agora a tentar um «governo de abertura» com personalidades independentes, para aliviar a pressão da ala tecnocrática e apagar a imagem de ineficácia que está a preocupar os investidores. Mas também a tentar opor-se à «abrangência» pretendida por Onésimo Silveira.

Manuel Delgado

público 27-12-92

Bispo de Cabo Verde contra referendo sobre o aborto

O BISPO de Cabo Verde, D. Paulino Évora, considerou, em entrevista concedida ao jornal "A Semana", "insensata a proposta de realização de um referendo popular" sobre a Lei do Aborto e defendeu caber ao Parlamento legislar sobre o assunto. O bispo, apesar de reconhecer que o referendo é um direito do povo nas sociedades democráticas, considera que a actual Lei do Aborto se tornou "inconstitucional com a aprovação da nova Constituição, em meados deste ano". A sua tomada de posição surge dias depois da última sessão parlamentar, que deveria ter-se pronunciado sobre a questão e numa altura em que se fala num eventual referendo sobre a Lei do Aborto, aprovada em 1975 sob o regime do PAICV, ex-partido único. D. Paulino Évora questionou o referendo da seguinte forma: "Por uma coisa ser má vai-se perguntar ao povo se quer que seja má ou boa? Não faz sentido." ■

São Tomé e Príncipe

PÚBLICO 17.12.92

Sinais de mal-estar nos quartéis

QUATRO elementos da Guarda Presidencial encontram-se detidos no Centro de Instrução Militar, nos arredores de São Tomé, depois de terem supostamente comandado um movimento de protesto contra as condições de trabalho na Presidência da República.

No fim-de-semana, metade dos cerca de trinta guardas destacados no Palácio do Povo entregaram as armas e abandonaram o palácio, reivindicando melhores refeições e a redução do horário

de trabalho.

Este episódio veio somar-se a sintomas mais ou menos recentes, e confirmar a existência de um clima de descontentamento em alguns sectores das Forças Armadas. A refeição dos militares é basicamente constituída por farináceos e peixe, a carne está praticamente excluída das ementas, algumas fardas reclamam substituição e a sobrecarga de horário é notória. No caso específico da Guarda Presidencial chega a atingir-se as 48 ho-

ras ininterruptas de trabalho, quando o máximo estipulado são 24.

O Conselho de Ministros esteve reunido ontem numa sessão prolongada que contou com a presença de oficiais das Forças Armadas e que foi presidida pelo Chefe de Estado, também comandante em chefe das Forças Armadas, nos termos da Constituição em vigor.

Não tendo sido alarmante, o episódio do fim de semana não deixa de ser preocupante. Foi a mais clara e

inequívoca advertência ao poder civil desde que o país enveredou pela via democrática, ainda no rescaldo das eleições autárquicas, que alteraram de forma significativa a correlação de forças a nível nacional.

O Presidente da República e o Governo terão certa atenção a este e a outros sinais quando se reuniram para discutir o projecto da Lei de Defesa Nacional e um estatuto para os militares. ■

Conceição Lima, em S. Tomé

Manuel Pinto da Costa ao PÚBLICO 17.12.92

“Só um Governo de vasto consenso salvará São Tomé e Príncipe”

Jorge Heitor

Manuel Pinto da Costa, antigo Presidente de São Tomé e Príncipe, está convencido de que só um Governo de vasto consenso nacional salvará o seu país do desastre a que parece condenado pela difícil situação económica e pelos atritos entre políticos. Há mais de um ano no estrangeiro, em exílio auto-imposto, não quer ainda confirmar a data do seu regresso.

O homem que entre 1975 e 1991 presidiu à República de São Tomé e Príncipe disse esta semana ao PÚBLICO, a partir de Bruxelas, que o mais pequeno dos países africanos de língua oficial portuguesa se encontra numa “situação económica extremamente grave” e

que os seus problemas de fundo só poderão ser resolvidos pela convergência de todas as forças políticas nele existentes.

“Já é tempo de se ultrapassarem as divisões (como as que se têm verificado entre o Presidente Trovoada e o PCD, partido governamental), divisões que não podem ser de fundo, nada disso. São questões pessoais e há que ter força suficiente para as ultrapassar. Os dirigentes políticos devem estar acima das questões pessoais” — afirmou Manuel Pinto da Costa, que desde Abril do ano passado se encontra ausente do arquipélago.

“Se não me candidatei às presidenciais (de Março de 1991) foi para evitar questões e lutas sem sentido. Não estou disposto a alimentá-las, que São Tomé já está cheio de problemas complicados. O que é preciso é analisar com profundidade os problemas do país” — declarou o antigo presidente da República e do MLSTP, do qual se noticiou há dias que estaria prestes a regressar do exílio.

“Li isso no PÚBLICO, mas não tinha nenhum plano para regressar agora no dia 21. Em qualquer momento é de admitir que viaje, possivelmente no próximo mês. Tem havido uma sé-

rie de especulações, mas não pretendo criar mais confusão na minha terra” — prosseguiu Pinto da Costa, numa entrevista telefónica, sem querer por menorizar se volta ou não a São Tomé nos próximos 15 dias, depois de 20 meses em que tem andado por Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e Bélgica, com quatro ou cinco passagens por Lisboa.

Clima de Carnaval

“Temos vindo a assistir a uma espécie de Carnaval, depois da vitória do MLSTP nas autárquicas deste mês. Dizem que chego e que vou liderar novamente o partido, mas não pretendo tirar o lugar a ninguém. As especulações políticas não levam a lado nenhum” — continuou Manuel Pinto da Costa, de 55 anos, doutorado em Economia, que explica assim as razões do exílio que a si próprio se impôs: “Depois de 16 anos como Presidente, tornava-se necessário pensar um pouco em mim. Tenho feito um estudo aprofundado das minhas experiências durante aqueles 16 anos”.

No seu entender, o mais desejável é que “os responsáveis

tenham consciência dos problemas e que encontrem uma saída”, pois que não é a simples vitória eleitoral deste ou daquele partido que resolve a situação de subdesenvolvimento em que São Tomé e Príncipe ainda vive, 17 anos depois de ter sido proclamada a independência: “Os nossos países, na África em geral, tiveram à sua frente indivíduos que não possuíam uma grande experiência de gestão do Estado”.

Os problemas são-tomenses — disse — “só podem ser resolvidos quando as diversas forças políticas estiverem determinadas a pôr de lado as suas divergências. O consenso ou entendimento é absolutamente necessário”.

Interrogado sobre se admite a hipótese de se candidatar a futuras eleições presidenciais, respondeu que “segundo a Constituição” qualquer cidadão o poderá fazer e que não abdica desse direito, mas que “neste momento” isso não está nos seus planos.

“Admito uma vasta coligação de todos os partidos políticos, que devem ser chamados a mobilizar as suas forças. Seja qual for o partido que ganhar eleições em São Tomé e Príncipe tem de associar à governação todas as capacidades existentes” — considerou.

“Não tenho nenhum atrito com Carlos Graça, o actual secretário-geral do MLSTP e antigo ministro dos Negócios Estrangeiros. Não creio que o MLSTP necessite da minha liderança” — esclareceu, sobre as hipóteses do seu regresso à vida política activa e do lugar que lhe poderia caber. ■